

ENSAIO SOBRE A UNIDADE SINTÉTICA MERAMENTE SENSÍVEL*

Olavo Calabria¹

Universidade Federal de Uberlândia

Neste trabalho busco detalhar e expor com maior precisão, embora de forma ainda provisória, posições que venho defendendo sobre as noções de “síntese” e “unidade” no âmbito da filosofia teórica de Kant, destacando algumas proximidades e divergências relevantes que elas apresentam em relação a teses exemplares de alguns colegas². Quero, porém, concentrar-me em contestar a dominante interpretação de que a *unidade sintética da intuição* somente pode ser alcançada com a intervenção de capacidades *intelectuais*, utilizando, para isto, argumentos fundados precipuamente sobre as tarefas ou funções realizadas pela faculdade da imaginação, mediante sua colaboração operacional com outras capacidades do ânimo e os resultados que disto resultam³.

Uma influente linha de abordagem desta questão está imbricada com a disputa em torno da definição dada por Kant à intuição como sendo uma representação que se refere imediatamente ao objeto (cf. A19/B33), fazendo parte de problemas tradicionalmente tratados por intérpretes de Kant desde a publicação da primeira *Crítica*. Licht dos Santos (2012) fornece uma ilustrada apresentação deste problema na introdução de artigo em que ele trata do que denomina de “unidade da intuição” e “unidade da síntese”⁴ e aborda algumas objeções modelares formuladas contra Kant por Jakob S. Beck e Schopenhauer, entre outros. Neste contexto, Beck tem papel exemplar na objeção a Kant, contestando que “uma representação apenas se torna objeto pela subsunção às categorias” (Carta de Jakob S. Beck a Kant, datada de 11 de novembro de 1791; *apud* Licht dos Santos, 146), já que seria imprescindível que as intuições resultassem exclusivamente da sensibilidade, entendida como mera receptividade do ânimo e, portanto, sem qualquer colaboração da espontaneidade do entendimento. Assim, seria a rigor equivocado alegar que pudesse haver qualquer referência a objetos no simples domínio das intuições sensíveis. No essencial, este tipo de crítica comunga da opinião de que apenas mediante

uma *espontaneidade*, que seria própria do *entendimento*, mas que falta à sensibilidade, torna-se possível proporcionar uma referência de nossas representações a objetos. Isto porque, como as intuições estão confinadas ao domínio da mera sensibilidade, a quem Kant costuma atribuir com frequência o caráter de *receptividade*, não seria possível encontrar nelas qualquer referência a objetos. De acordo com isto, Beck assevera na carta supracitada que “desde que também a intuição só contém esse mesmo caráter objetivo pela aplicação das categorias a ela, eu queria então abandonar aquela determinação da intuição, segundo a qual ela é uma representação que se refere a objetos”⁵. Assim, configurou-se desde o início a ideia de que o idealismo transcendental considera que somente é possível proporcionar um caráter objetivo a qualquer representação, ou sua referência a objetos, por meio da intervenção *ativa e unificadora* do entendimento.

Minha divergência com esta objeção a Kant nasce justamente da consideração que também a *sensibilidade* é capaz de operar com espontaneidade e construir objetos que se refiram à intuições sensíveis, mediante a síntese unitária do múltiplo dado na afecção. Assim, analogamente ao que faz Licht dos Santos (2012), defendo que é correta a caracterização feita por Kant na “Estética transcendental” sobre a referência imediata da intuição a objetos, e aponto os motivos que considero ser responsáveis por suscitar as equivocadas objeções acima mencionadas, embora amparado em argumentação e resultados que diferem em pontos essenciais dos expostos por Licht dos Santos, já que meus argumentos fundam-se numa compreensão bem diferente do *caráter* e das *condutas* próprias da sensibilidade no seu todo e das *funções* que ela desempenha, seja independente de, ou em colaboração com, as faculdades intelectuais. Com isso, proponho uma saída que difere em pontos relevantes da defendida por Licht dos Santos, pois me afasto da ideia de que a *unidade da intuição* (ou “unidade estética”) deva ser atribuída *exclusivamente* ao “caráter ‘originário’ e ‘fundamental’ da representação do espaço e do tempo” (2012, 160, n.46), pois entendo que esta unidade original da intuição corresponde somente aos sentidos e não à sensibilidade no seu conjunto⁶ e, com isso, afirmo haver outro tipo de *unidade da intuição*, diferente da unidade originária das formas puras do sentido, a saber, uma unidade sintética da intuição produzida por reuniões efetuadas de modo autônomo pela imaginação no mero domínio sensível. Portanto, afasto-me também radicalmente da ideia de que a *unidade da síntese* seja atribuída *exclusivamente* ao entendimento, ideia à qual Licht dos Santos parece aderir, como frequentemente ocorre, dado o desenvolvimento de seu raciocínio, que sequer cogita a ela qualquer alternativa⁷. Pretendo mostrar a seguir que, para uma abordagem satisfatória dos problemas em questão, é indispensável levar em conta as operações de sínteses unitárias efetivadas espontaneamente pela faculdade da imaginação, considerada como uma capacidade que, juntamente com o sentido, compõe a sensibilidade, além de ser necessário estarmos atentos ao um uso ampliado que Kant faz dos conceitos de “objetividade” e “subjetividade”, cujo campo semântico abrange um espectro suficientemente dilatado para incluir, por exemplo, denotações que vão além da objetividade exclusiva do conhecimento científico (universal e necessário), englobando ainda uma objetividade circunstancial e contingente relacionada a apresentações empíricas conceitualmente indeterminadas representada pelos aparecimentos [*Erscheinungen*].

SENTIDO E IMAGINAÇÃO: DUAS PARTES DA SENSIBILIDADE

Embora Kant aponte amiúde apenas o caráter receptivo da sensibilidade, descrevendo-a como a “capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados pelos objetos” (A19/B33), se tomarmos estas declarações ao pé da letra e sem moderações, acabaremos por colocá-lo em flagrante contradição consigo mesmo, dadas outras declarações que explicitamente atestam que a sensibilidade, no seu todo, não é uma capacidade *exclusivamente* receptiva, pois *também* manifesta uma espontaneidade, isto é, um caráter operacional ativo.

Para esclarecer este ponto de decisiva importância, que costuma estar envolto em ampla obscuridade, vale considerar a mais ordenada e minuciosa descrição conjunta das capacidades do ânimo feita na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*⁸ (1798), em que se encontra, por exemplo, a categórica declaração de que nossa sensibilidade é composta não somente pelo sentido, este sim receptivo, mas ainda por outra parte, a imaginação, que, como veremos adiante, é eminentemente ativa:

A sensibilidade [*Sinnlichkeit*] na capacidade do conhecimento (a capacidade das representações na intuição) contém duas partes: o sentido [*Sinn*] e a faculdade da imaginação [*Einbildungskraft*]. A primeira é a capacidade de intuição na presença do objeto e, a segunda, também sem a presença deste (7: 153)⁹.

A forma taxativa desta declaração não deveria deixar dúvida sobre a localização da imaginação no âmbito da sensibilidade, assim como não o deixa em relação ao sentido. Esta identificação do *status sensível* destas duas capacidades do ânimo, ao lado de várias outras propriedades, é imprescindível para uma identificar e discernir as habilidades operacionais e dos produtos que cada uma disponibiliza no complexo conjunto de funções que, em colaboração, cada uma é responsável por desempenhar.

Porém, há ainda um outro critério para distinguir a imaginação dos sentidos, que se relaciona à capacidade de apresentar intuições na *presença* e/ou na *ausência* de objetos. Como o sentido consiste em mera receptividade, e apenas ele, é evidente que só poderá obter intuições na medida em que for afetado por algum objeto, o que obviamente só pode ocorrer na sua *presença*, pois é impossível que receba uma afecção sem que um objeto que a ele se contrapõe esteja a seu alcance¹⁰. Daí porque, somente na condição de que um objeto esteja efetivamente interagindo com esta receptividade dos sentidos e afetando-os, que há a possibilidade de que a qualquer uma de suas subdivisões (os cinco sentidos externos e um sentido interno) sejam *das* representações intuitivas denominadas de “sensações”. É por serem simples modificações do estado do sujeito (cf. A320/B376) que tais representações são consideradas como meramente subjetivas (cf. B376).

Ao contrário, com respeito à faculdade da imaginação, algo bem diferente acontece. Ao caracterizar esta faculdade, Kant tem o cuidado de destacar que ela é uma capacidade de intuições também *sem* a presença do objeto (cf. 7:153). É curioso que nesta descrição Kant sublinhe o termo “sem” [*ohne*], destacando que o sentido e a imaginação estabelecem relações opostas

com respeito ao objeto, aquele fornecendo intuições na sua *presença* e esta, também na sua *ausência*. Vale lembrar que na segunda edição da primeira *Crítica*, a imaginação fora descrita exatamente nos mesmos termos¹¹:

A *faculdade da imaginação* [*Einbildungskraft*] é a capacidade [*Vermögen*] de representar um objeto também *sem a sua presença na intuição*. Ora, visto que toda a nossa intuição é sensível, devido à condição subjetiva unicamente sob a qual pode dar uma intuição correspondente aos conceitos do entendimento, a faculdade da imaginação pertence à *sensibilidade* (...) (B 151)¹².

Porém, ao alegar neste trecho que a imaginação é a capacidade de representação na intuição também sem a presença do objeto correspondente, embora novamente seja destacado o termo “sem”, a exemplo do que fizera na passagem da *Antropologia* acima citada, o que parece bem mais fecundo é a utilização do termo “também” [*auch*], pois isto implica e explica muita coisa. Em primeiro lugar, implica que, se a imaginação é uma capacidade de intuição *também sem a presença do objeto*, é porque ela ainda é capaz de apresentar representações intuitivas *também na sua presença*, o que, neste caso, já consiste em algo equivalente ou semelhante ao que ocorre com o sentido. Como esta conclusão costuma ficar apenas implícita¹³, acaba sendo à primeira vista estranho ou enigmático este mencionado papel que a imaginação desempenha *na presença* do objeto. Não obstante, ele refere-se a um aspecto muito relevante que está relacionado à sua aptidão *produtiva*, isto é, ao fato dela ser apta a operar não somente de modo imitativo (reprodutivo), mas ainda de forma inventiva ou autoral (cf. 7: 174-96), como será explicado adiante¹⁴.

Antes de prosseguir, é preciso destacar uma especificidade que diferencia a imaginação do sentido, na medida em que ela é capaz de exibir intuições *mesmo sem a presença* do objeto. Isto serve para confirmar a atribuição de um caráter *espontâneo* à imaginação, que é oposto ao que ocorre com o sentido, que tem um caráter receptivo. De fato, para que ela possa *apresentar* intuições *mesmo sem a presença* do objeto é necessário que ela seja capaz de exercer uma atividade, visto que na ausência de um objeto que esteja presente à sua frente, não há como ser afetada e, por meio disto, lhe ser *dada* alguma representação intuitiva mesmo que permanecesse passiva.

Num trecho das *Preleções*, em que tanto o status sensível quanto o caráter espontâneo da imaginação são reforçados, Kant diz que ‘nos seus pormenores’ a capacidade de conhecimento [*Erkenntnisvermögen*] sensível é composta da capacidade do próprio sentido e *o conhecimento imitado dos sentidos* (cf. 28: 230). Isto corresponde fielmente à divisão da sensibilidade em sentido [*Sinn*] e *faculdade da imaginação* [*Einbildungskraft*], como apontada no trecho da *Antropologia* citado acima¹⁵.

No mesmo local das *Preleções*, Kant prossegue:

Ou o conhecimento sensível se origina completamente da impressão dos objetos, e então esse conhecimento sensível é uma representação do próprio sentido; ou o conhecimento sensível *se origina da mente, mas sobre a condição da mente ser afetada pelos objetos*, e então o conhecimento sensível é uma representação imitada dos sentidos (28: 230).

Portanto, a imaginação opera ativamente ao apresentar representações intuitivas, sempre manifestando uma espontaneidade, mesmo que na condição de previamente obter dos sentidos a disponibilização do *material* que em seguida ela reproduz ou reelabora. É justamente pelo fato de que encontra nos sentidos uma a fonte de múltiplas representações intuitivas, tanto empíricas como puras, que a imaginação pode lidar com elas sem que seja necessária a presença do objeto à sua frente. Assim, não importa que esteja reproduzindo, ao copiar a matéria ou a configuração das representações intuitivas fornecidas pelo sentido, ou produzindo, ao reunir intuições sob novas configurações, ela sempre opera com espontaneidade:

Por exemplo, a representação que eu vejo; e, além disso, a representação do azedo, do doce etc. são representações do próprio sentido. Mas se eu me re-apresento [*vergegenwärtige*] uma casa, que vi anteriormente, então a representação agora provém da mente; mas, no entanto, sobre a condição de que o sentido seja afetado previamente por este objeto. Tal conhecimento sensível que provém da espontaneidade [*Spontaneität*] da mente chama-se conhecimento da faculdade de formar [*bildenden Kraft*]; e o conhecimento que provém mediante a impressão dos objetos chama-se representação do próprio sentido (28: 230).

Deste modo, Kant adverte que a imaginação, mesmo estando apta a operar ativamente, apenas pode fazê-lo sob a condição de obter dos sentidos o material que ela em seguida re-apresenta, já que é somente o sentido que pode de início receber a multiplicidade de representações intuitivas elementares sob as formas puras do espaço e do tempo. Em outras palavras, a imaginação não tem a capacidade de *criar*¹⁶ tais representações elementares que constituem a “matéria prima” com que lida, mas apenas obtê-las dos sentidos e elaborá-las.

Enquanto as representações intuitivas que o sentido obtém somente podem ser dadas de modo desconectado, por se originarem passivamente de afecções recebidas sob as formas puras da intuição, cada uma delas aparecendo “isolada e separada das outras” (cf. A97), algo radicalmente distinto ocorre com as representações provenientes das operações da imaginação, justamente por não se originarem *completamente* destas representações desconectadas do sentido, já que ela possui a capacidade de elaborar esta matéria prima que o sentido lhe disponibiliza, realizando o que lhe cabe fazer: *reuni-las* de diversas maneiras em *totalidades de partes unificadas*, seja reproduzindo a multiplicidade dada de modo imitativo, ou produzindo de modo autoral (cf. 7: 174-96) outras configurações em que o múltiplo é *reunido*. Assim, mesmo que a imaginação esteja condicionada a buscar este material elementar que somente o sentido pode lhe disponibilizar, as representações que ela elabora contêm algo suplementar e fundamental: a *síntese* de tais representações (puras e/ou empíricas), podendo reunir ou conectar tal multiplicidade inicialmente desconectada numa indefinida diversidade de configurações.

AS FONTES PRIMITIVAS DO CONHECIMENTO E A SÍNTESE DE INTUIÇÕES

Na primeira edição da *Crítica da razão pura*, há uma sucinta descrição do conjunto de capacidades do ânimo, denominadas de “fontes primitivas da alma”, que colaboram na produção do conhecimento, sendo responsáveis por realizar as tarefas ou funções que tornam possível a experiência:

Há, porém, três fontes primitivas [*ursprüngliche Quellen*] (aptidões ou capacidades da alma), que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra capacidade da mente; são o *sentido*, a *imaginação* e a *apercepção*. Sobre eles se fundam 1) a *sinopse* do múltiplo *a priori* pelo sentido; 2) a *síntese* do múltiplo pela imaginação; finalmente, 3) a *unidade* dessa síntese pela apercepção originária (A94).

A *sinopse*, a *síntese* e a *unidade* são, portanto, as três condições elementares que precisam ser satisfeitas pelas fontes primitivas do conhecimento para alcancem em conjunto o resultado almejado: a reunião de representações sensíveis num todo objetivamente unificado. Ao que parece cabe à sinopse apenas a tarefa de fornecer a multiplicidade de representações intuitivas, o que a princípio só pode ser feito de maneira desconectada, como mostrarei adiante. Estas múltiplas representações precisam a seguir ser reunidas, ou sintetizadas, o que já é de responsabilidade da imaginação. No entanto, como a imaginação pode sintetizar o múltiplo da intuição de modo apenas *circunstancial*, para que de todo este processo resulte num *conhecimento certo* (universal e necessário), a que Kant atribui uma *objetividade* em sentido próprio do termo¹⁷, é preciso que tais sínteses sejam elaboradas sob a orientação de um tipo especial de regra unidade, que é fundada, em última instância, na unidade originária da apercepção, enquanto instância do entendimento¹⁸.

É preciso estar atento ao fato de que estas são fontes de onde se origina a *experiência*, e não de todo e qualquer produto que nossas capacidades podem elaborar em colaboração. A experiência, *strito sensu*, assume aqui um significado bem definido, e deve ser entendida como um “conhecimento empírico” (B218), um “conhecimento *a posteriori* totalmente certo” (FM 20: 276), ou ainda, um “produto empírico do entendimento” (A98) obtido pela bem ordenada “ligação sintética de percepções” (B122)¹⁹.

Em trecho da primeira *Crítica*, Kant já havia fornecido uma exposição mais genérica, embora equívoca, das “fontes fundamentais” do conhecimento humano:

O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais [*Grundquellen*] da mente, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade [*Rezeptivität*] das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade [*Spontaneität*] dos conceitos) (A50/B74).

Enquanto no trecho anteriormente citado, o sentido, a imaginação e a apercepção foram elencadas como as três *fontes primitivas* do nosso conhecimento, neste trecho Kant apenas identifica duas *fontes fundamentais*: a *receptividade das impressões* e *espontaneidade dos conceitos*. Se levarmos em conta que os sentidos e a imaginação pertencem à sensibilidade e que a apercepção pertence ao entendimento, fica no essencial resguardada a compatibilidade entre as duas exposições das origens do conhecimento totalmente certo, que é alcançado somente ao fim de uma complexa interconexão de representações sensíveis e intelectuais conjuntamente elaborada pelas faculdades do ânimo e subordinada a condições especulativas emblematicamente representadas por juízos sintéticos *a priori*. Para uma compreensão satisfatória do que está aí em jogo, é oportuno identificar separadamente cada uma das condições que permitem formar

esta interconexão de representações. Uma das principais vantagens dos trechos supracitados é justamente a de estabelecer critérios para discerni-las.

A alínea sobre as três fontes primitivas em A94 conclui a primeira seção da *Dedução dos conceitos puros do entendimento* e imediatamente antecede a *Dedução Transcendental* em sua primeira versão (1781), servindo de vestíbulo para a etapa que tratará de aferir a legitimidade da aplicação das categorias, que se fundam na unidade do entendimento, aos objetos dados à sensibilidade, que resultam das sínteses autônomas efetuadas pela imaginação sobre uma multiplicidade dada. Naquela descrição, Kant antecipa que antes de tudo o sentido deve proporcionar uma sinopse da multiplicidade *a priori*, o que necessariamente consiste numa *diversidade* de representações sensíveis dadas na intuição pura. No entanto, não é nada simples saber em que consiste esta *diversidade* ou *multiplicidade a priori* e como ela pode ser *dada* numa *sinopse*. É importante determinar, por exemplo, em que sentido esta sinopse deve ser distinguida da *síntese* que deve ser feita em seguida e que representa uma nova condição, que caberá agora à imaginação satisfazer, ultrapassando o que está ao alcance do sentido. Mas, se isto procede, como e por que a sinopse e a síntese se diferenciam e complementam? Kant alega que, embora deva haver conceitos puros entre os elementos de todos os conhecimentos *a priori*, apenas mediante os quais um objeto pode ser pensado (cf. A96-7), é preciso ainda entrar “em jogo alguma coisa mais do que a simples faculdade de pensar” (o entendimento), de tal modo que possa ser proporcionada uma referência *objetiva* para tal pensamento. Este é um ponto crucial: a objetividade está relacionada, por um lado, à rigorosa necessidade das regras intelectuais e, por outro, à apresentação circunstancial de intuições na sensibilidade, sendo aquela eminentemente universal e mediata, enquanto esta é particular e imediata. Tal heterogeneidade radical, derivada das especificidades da intuição sensível em relação ao conceito discursivo, está visceralmente presente na noção de objetividade.

Aqui cabe mais um esclarecimento com respeito às etapas que possibilitam esta referência sensível a representações discursivas, fundada nas mesmas três fontes subjetivas (cf. *idem*). Ainda na *Dedução* dos conceitos puros do entendimento, Kant adverte:

Se qualquer representação particular fosse completamente alheia às demais, se estivesse como que isolada e separada das outras, nunca se produziria alguma coisa como o conhecimento, que é um todo de representações comparadas e conectadas. Se, pois, atribuo ao sentido uma sinopse, por conter multiplicidade na sua intuição, a essa sinopse corresponde sempre uma síntese e a *receptividade*, só unindo-se à *espontaneidade*, pode tornar possíveis conhecimentos. Esta espontaneidade é então o princípio de uma tripla síntese, que se apresenta de uma maneira necessária em todo o conhecimento, a saber, a síntese da *apreensão* das representações como modificação do ânimo na intuição; da *reprodução* dessas representações na imaginação e da sua *reconhecimento* no conceito. Estas três sínteses conduzem-nos às três fontes subjetivas do conhecimento que tornam possível o entendimento e, mediante este, toda a *experiência* considerada como um empírico *produto do entendimento* (A97-8).

Novamente, com a menção feita às mesmas três fontes do conhecimento, fica ratificado que, *para a construção do conhecimento*, a sinopse dos sentidos precisa ser complementada pelas sínteses da imaginação e pela unidade do entendimento. O sentido, precisamente por ser mera receptividade²⁰, não é capaz de *agir* (espontaneamente) sobre as representações sensíveis disponibilizadas na afecção, limitando-se a receber de modo *passivo* o múltiplo da intuição que lhe

é dado. Kant diz que o sentido obtém cada representação particular simplesmente de maneira “isolada e separada”, e que cada uma está “completamente alheia às demais” (*idem*), embora obviamente sob as *formas puras* do espaço e do tempo que são constitutivas do sentido. Mesmo assim, permanece ainda sem esclarecimento um detalhe de primeira ordem: como a sinopse, que enquanto tal pressupõe uma *multiplicidade*, pode ser atribuída a uma capacidade reconhecivelmente *passiva*, que, pelo fato mesmo de não agir e nada fazer, não reúne, nada conecta, somente recebe qualquer representação intuitiva sem nunca elaborar aquilo que recebe? Em outras palavras, como pode haver multiplicidade ou diversidade onde não há ação de reunir e cada representação permanece isolada e separada de qualquer outra?

É preciso levar a sério que não possa haver qualquer complexidade ou pluralidade em cada uma destas representações envolvidas, mas que consistem única e exclusivamente de unidades representacionais completamente *simples*²¹ e, portanto, desconectadas. Então, somente de um ponto de vista “exterior” a este domínio que a rigor se poderia falar em *multiplicidade*. De fato, não pode haver na sinopse dos sentidos, enquanto tal, qualquer complexidade, qualquer conjunção de partes num todo, qualquer pluralidade, mas apenas e tão somente a simplicidade de *cada* “isolada e separada” representação. Não obstante, é de todo pertinente para quem, na intenção de analisar ou refletir sobre estes procedimentos, assuma um distanciamento em relação a eles, que se possa vislumbrar a existência de uma *sui generis* “multiplicidade de representações simples e isoladas”, desde que se considere tal multiplicidade de representações como sendo disponibilizadas por uma diversidade de *afecções* sensíveis, que provêm isoladamente de *cada um* dos órgãos do sentido, assim como também disponibilizadas por afecções proporcionadas concomitante e separadamente por *diferentes órgãos* dos sentidos²². Originariamente, e do ponto de vista do próprio ânimo, tal “multiplicidade” não estaria constituída como uma *pluralidade*, ou seja, de fato não haveria nela uma *reunião de singularidades*, mas sim apenas uma *diversidade de simplicidades isoladas*, curiosamente assim mesmo, no plural, já que neste caso a pluralidade somente pode ser pensada de um ponto de vista exterior ou de uma meta-posição.

É justamente por não ter compreendido que a imaginação possui um caráter espontâneo, indispensável à tarefa de *operar* a síntese do múltiplo que lhe é disponibilizado isoladamente, ao contrário da simples passividade do sentido em ser afetado pelas coisas corporais ou pela mente (cf. 7: 153) e com isto receber representações desconectadas, que Kant repreende a incapacidade dos psicólogos de pensarem de modo adequado como ocorre a percepção de objetos:

Que a faculdade da imaginação seja um ingrediente necessário da própria percepção, certamente ainda nenhum psicólogo pensou. Isto acontece, em parte, porque se limitava essa faculdade apenas às reproduções, e em parte, porque *se acreditava que os sentidos nos forneciam não só impressões, mas também as encadeavam e conseguia formar imagens dos objetos*, o que, sem dúvida, *além da receptividade* das impressões ainda requer algo mais, a saber, uma *função da síntese* delas (A120, n.; grifos meus).

Isto mostra o quanto é arriscado o modo frequente de Kant se expressar quando parece atribuir uma receptividade à sensibilidade *no seu todo* e, conseqüentemente, uma suposta atribuição de espontaneidade tão-só ao entendimento. Para Kant é a rigor adequado atribuir à sensibilidade uma duplicidade de caráter (cf. Calabria, 2012, 139-147), já que esta fonte fun-

damental do ânimo, subdividida em sentido e imaginação, manifesta, respectivamente, tanto um caráter receptivo na passividade da afecção, quanto um caráter espontâneo na atividade sintética.

AS UNIDADES SINTÉTICAS, A SUBJETIVA E A OBJETIVA

Sob o ponto de vista que apresento, resulta que as funções desempenhadas pela imaginação na tripla síntese (cf. A95-130), a saber, a *apreensão na intuição*, a *reprodução na imaginação* [*Einbildung*] e a *reconhecimento no conceito*, possibilitam produzir no ânimo uma *multiplicidade* de intuições em sentido próprio, quer dizer, uma pluralidade de representações singulares *reunidas* num todo de partes *conectadas*, contrapondo-se radicalmente à “multiplicidade” *sui generis* de representações simples e isoladas da sinopse do sentido. Isto permite entender porque à sinopse há sempre de corresponder uma síntese “e a receptividade, ...” das representações simples e desconectadas do sentido, “... só unindo-se à espontaneidade, ...” da síntese da imaginação que as reúne, “... pode tornar possíveis conhecimentos” (cf. A97-8), mesmo que para finalmente alcançá-los falte ainda considerar a intervenção do entendimento²³ (cf. A78-9/B104). Assim, a imaginação opera sobre a multiplicidade dada ao sentido, que será por ela *percorrida* [*durchlaufen*] (cf. A99), *atravessada* [*durchgegangen*] e *conjuntamente apanhada* [*aufgenommen*] (cf. A77/B102), num todo que de início é apenas subjetivamente unificado. Ao entendimento, que é responsável por conferir outra espécie de união à multiplicidade que foi inicialmente ordenada de modo apenas contingente e circunstancial, cabe em seguida realizar uma nova ordenação deste múltiplo, que, por ser feita sob uma unidade “objetiva” fundada na apercepção, é denominada de “ligação” [*verbindung*] (cf. *idem*). Só então se produz um *conhecimento* no sentido próprio da palavra (cf. A78/B104).

No primeiro caso, em que a simples imaginação, sem o auxílio do entendimento, opera as sínteses do múltiplo sensível dado, obtém-se como resultado um objeto ainda *conceitualmente indeterminado* que Kant chama de “aparecimento” [*Erscheinung*]. Deste modo, o aparecimento é um objeto da intuição empírica que foi produzido mediante sínteses realizadas de modo independente de regras conceituais e que, por isto, possui uma *unidade meramente sensível*. São precisamente estas funções de *atividade* sintética e de *produtividade* unificadora que os psicólogos hodiernos a Kant não conseguiram compreender. E parece que não só eles, mas até hoje muitos outros que tratam da percepção parecem não ter compreendido.

Porém, a partir do ponto em que esta *pluralidade* de intuições sensíveis, que foi reunida de modo subjetivo no mero domínio da sensibilidade, passa a ser novamente sintetizada *sob a direção* de regras conceituais, é que se alcança um tipo especial de unidade, agora universal e necessária, elevando o aparecimento, enquanto objeto da intuição que resulta exclusivamente da sensibilidade, a um patamar cognitivo de outra ordem, pois o transforma em um objeto que passa a ser *conceitualmente determinado*. A cognição que agora lhe corresponde passa, por isto mesmo, a manifestar a *objetividade* própria do que Kant define como sendo *conhecimento*. Ao objeto que corresponde a este novo patamar cognitivo Kant chama de “fenômeno” [*Phaenomenon*]²⁴.

Isto mostra que aos dois tipos de objetos para nós correspondem dois tipos de *unidades sintéticas* do múltiplo da intuição empírica. A primeira é a que resulta de sínteses submetidas apenas a princípios autóctones da sensibilidade, cuja reunião é produzida mediante conduta livre e independente das regras de unidade conceituais e resulta na produção dos aparecimentos, que Kant descreve como o “objeto indeterminado de uma intuição empírica” (A20/B34). Este é um objeto que, se assim se pode expressar, manifesta profunda subjetividade, pois depende em grande medida de circunstâncias particulares e contingenciais. Em conformidade com isto é que Kant costuma referir-se aos aparecimentos dizendo que “intuições sem conceitos são cegas” (...), justamente porque as reuniões que correspondem a tais objetos são realizadas de modo circunstancial, de tal forma que produzem um saber apenas *subjetivo*. A isto corresponde o que denomino de *unidade sintética meramente sensível* que é constituinte do aparecimento²⁵. O segundo tipo de unidade sintética do múltiplo da intuição empírica, que se costuma considerar como se fosse o único possível, é aquele proveniente das capacidades intelectuais e que resulta na produção dos objetos da experiência, justamente porque neste caso as reuniões que os constituem são realizadas sob a condução de regras conceituais, que, sendo universais e necessárias, proporcionam um conhecimento rigorosamente *objetivo*. Tem-se agora uma unidade sintética de natureza discursiva, que produz um conhecimento cuja validade não é circunstancial, nem depende dos estados atuais da percepção, de tal modo que, se assim se pode expressar, o objeto que lhe corresponde, denominado “fenômeno”, adquire uma objetividade no significado próprio do termo.

É com esta índole que, nos *Prolegômenos*, ao mencionar a possibilidade de elaborar um juízo de percepção que enuncia uma regra subjetiva (circunstancial) da sucessão frequente de aparecimentos, como no caso do aquecimento que segue a exposição ao sol, em que se poderia dizer “se um corpo é iluminado pelo sol por tempo suficiente, então ele se aquece” (4: 312), Kant alega que para esta proposição, “que é meramente uma conexão subjetiva de percepções, seja uma proposição de experiência, ela deve ser considerada como válida de maneira necessária e universal” (*idem*), concluindo, logo a seguir, que os conceitos puros do entendimento “servem, por assim dizer, apenas para soletrar os aparecimentos de modo que se possa lê-los como experiência” (*idem*), isto é, como *conhecimento* empírico de objetos conceitualmente determinados (fenômenos). No mesmo caso em questão, e com a reunião dos mesmos aparecimentos sob a regra intelectual expressa pela relação de causalidade, a proposição de experiência passaria a ser “o sol, mediante sua luz, é a causa do calor”. Em outras palavras, podemos dizer que as intuições são reunidas *cegamente* nos aparecimentos, quer dizer, sem qualquer regra conceitual dirija tal reunião, proporcionando um *saber* que mesmo os bichos podem adquirir (cf. *Lóg* 9: 64-5). No entanto, a reunião de intuições fica *esclarecida* sempre que for elaborada pela imaginação sob a condução de regras de unidade conceituais, transformando, os objetos indeterminados que se chamam “aparecimentos” em objetos conceitualmente determinados que se chamam “fenômenos” (cf. A248), o que finalmente proporciona um conhecimento empírico certo denominado “experiência”.

No parágrafo 10 da *Análítica dos Conceitos*, que nas duas edições da primeira *Crítica* aparece na “dedução subjetiva” das categorias, Kant enuncia aspectos basilares da *síntese em geral*, apresentada como sendo “um simples efeito da imaginação, função cega, embora im-

prescindível da alma” (A78/B103) e, logo a seguir, explica como a lógica transcendental ensina que a síntese pura, e não as representações, precisam se “reduzir a conceitos” (*idem*), com desdobramentos que ratificam o que estou sustentando sobre a unidade *meramente sensível* dos aparecimentos, assim como em relação à unidade *também intelectual* dos fenômenos:

O primeiro elemento que nos tem que ser dado *a priori* para o conhecimento de todos os objetos é o *múltiplo* da intuição pura; a *síntese* deste múltiplo, mediante a capacidade da imaginação, constitui o segundo elemento, mas sem dar ainda um **conhecimento**. Os conceitos que dão *unidade* a esta síntese pura, e que consistem apenas na representação desta unidade sintética **necessária**, constituem o terceiro elemento para o **conhecimento** de um objeto que vem diante [*vorkommenden*] de nós e repousam no entendimento (A78-9/B104 [negritos nossos]).

É importante prestar atenção ao fato de Kant atribuir à imaginação a tarefa de sintetizar a multiplicidade sensível dada, enquanto que aos conceitos do entendimento a função de proporcionar unidade a esta síntese, entendida *neste caso* como uma “unidade sintética necessária”. Talvez isto explique porque é comum encontrarmos quem defenda que não haveria unidade se as sínteses realizadas pela imaginação não estiverem subordinadas à direção do entendimento: basta supor que só haja unidades sintéticas necessárias, o que naturalmente é incorreto. Mas se fosse mesmo assim, a que Kant estaria se referindo, afinal, quando menciona este segundo elemento descrito como a síntese realizada pela imaginação sobre o múltiplo da intuição? Como pode haver uma síntese que não possua *qualquer* unidade? Mais ainda, em que sentido esta síntese independente elaborada pela imaginação se diferenciaria da multiplicidade *sui generis* da sinopse de representações desconectadas provenientes dos sentidos, assim como da síntese posteriormente realizada sob leis (objetivas)?

Em primeiro lugar, é decisivo que Kant sustente que a unidade que o conceito confere à síntese do múltiplo sensível deva ser *necessária*. Isto é um indício claro de que tal unidade deve estar fundada em princípios universais e, deste modo, ser corroborada por *todo* ente racional finito, como nós humanos, tornando-se, justamente por isto, uma unidade *objetiva* que característica do *conhecimento* em sentido próprio do termo. Ao contrário, algo bem distinto é o que ocorre com a unidade apenas *circunstancial* e *subjetiva* que a imaginação confere ao múltiplo dado pelo sentido, quando não é conduzida por regras intelectuais e opera de modo livre (autônomo), seguindo somente as condições formais da sensibilidade e efetuando procedimentos meramente *contingentes* de formação no espaço e associação no tempo (cf. 7: 174-6)²⁶. Chamo a isto de *duplicidade de condutas* da imaginação, sendo uma a conduta heterônoma que corresponde às sínteses elaboradas pela imaginação sob a condução de regras conceituais e proporcionando unidade objetiva, e outra a conduta autônoma que correspondente às sínteses elaboradas sem a subordinação a regras provenientes de faculdades intelectuais e proporcionando uma unidade apenas subjetiva (cf. Calabria, 2012, 157-67).

Esta identificação das tarefas ou funções que cabem a cada capacidade exercer no complexo processo de ordenação especulativa mostra que nos conceitos do entendimento residem as únicas regras capazes de proporcionar, do ponto de vista humano, a necessidade e a universalidade à síntese do múltiplo sensível e, com isto, elevar o processo de reunião circunstancial de intuições a um procedimento subordinado a leis objetivas, construindo um

conhecimento empírico totalmente certo, descrito por Kant de modo exemplar nos seguintes termos:

A sensibilidade dá-nos formas (da intuição), mas o entendimento, regras. Este se encontra sempre ocupado em espiar os aparecimentos com a intenção de lhes encontrar quaisquer regras. As regras, na medida em que são objetivas (por conseguinte pertencendo necessariamente ao conhecimento do objeto), chamam-se leis (A126).

Tenho ainda apontado que as sínteses que contém a unidade sintética meramente sensível efetuam-se por meio de procedimentos livres (autônomos) da imaginação nas duas primeiras etapas da tripla síntese, isto é, a síntese da *apreensão na intuição* e a síntese da *reprodução na imaginação*, descritas no início da *Dedução* dos conceitos puros do entendimento na primeira edição da *Crítica da razão pura* (1781), e que tais sínteses correspondem razoavelmente às operações sintéticas das capacidades autoras sensíveis de formação [*Bildung*] de figuras no espaço (*imaginatio plástica*), e de associação [*Beigesellung*] de representações no tempo (*imaginatio associans*), descritas na seção 31 da *Antropologia*, e que estes procedimentos são os responsáveis pela produção dos aparecimentos²⁷. Por outro lado, considero que as sínteses que possuem uma regulamentação intelectual adquirem unidade objetiva e efetuam-se mediante procedimentos heterônimos da imaginação relacionados à terceira etapa da tripla síntese, isto é, a síntese da *reconhecimento no conceito*. Esta síntese da *reconhecimento* é efetivada por meio dos procedimentos do esquematismo e corresponde de perto às operações sintéticas da capacidade autora sensível da afinidade [*Verwandschaft*] (*imaginatio affinitas*), síntese esta fundada num princípio transcendental de afinidade que torna possível “sensibilidade e entendimento irmanarem-se para a produção do nosso conhecimento” (7: 177). Neste último caso, temos a produção dos fenômenos, ou objetos da experiência, que compõem a natureza (cf. A127-8). Kant descreve esta afinidade entre as nossas capacidades sensíveis e intelectuais por meio de uma analogia com processos típicos das reações químicas:

A palavra *afinidade* (*affinitas*) lembra aqui um processo encontrado na química, a ligação do entendimento é análoga a uma ação recíproca de dois materiais corpóreos especificamente diferentes agindo intimamente uma sobre a outra e aspirando à unidade; em que esta *reunião* engendra um terceiro material que tem propriedades que só podem se produzir pela reunião de dois materiais heterogêneos (7: 177).

Ao declarar que tanto nos processos químicos quanto na colaboração entre sensibilidade e entendimento a reunião de elementos especificamente diferentes *aspiram à unidade* e engendra, mediante uma *ação recíproca*, um terceiro material, Kant sugere, por analogia, que a aplicação de conceitos do entendimento aos objetos da intuição sensível (aparecimentos) consiste justamente em sintetizar representações que são inicialmente heterogêneas: por um lado as representações sensíveis que são intuitivas (singulares e imediatas)e, por outro as representações intelectuais (conceitos) que são discursivas (universais e mediatas). Assim, as capacidades às quais cada uma das representações corresponde, a saber, a imaginação e o entendimento, *agem* uma sobre a outra de modo a fazer surgir, por meio de *uma mesma espontaneidade*, o terceiro elemento, o fenômeno. Tal ação recíproca ocorre precisamente pela intervenção do esquematismo

mo, sintomaticamente identificando o esquema com o “fenômeno [*Phänomenon*], ou conceito sensível de um objeto, em concordância com a categoria” (A146/B186). Desta forma, enquanto um objeto que resulta da síntese de aparecimentos sob uma unidade conceitual, o fenômeno possui características irreduzíveis aos dois elementos que foram inicialmente reunidos, distinguindo-se tanto do aparecimento, que por si só é cego ou conceitualmente indeterminado, como também do conceito, que por si mesmo é vazio de conteúdo intuitivo (cf. p. ex., B 146, A147/B186, B305-6). A isto Kant se refere quando diz que é a imaginação quem “fornece a matéria [*Stoff*] para o entendimento na intenção de proporcionar aos conceitos o conteúdo dos mesmos (para o conhecimento)” (7: 169). Com o aparecimento apenas se obtém um *saber* subjetivo, como o dos bichos, mas em relação ao fenômeno tem-se já um *conhecimento* objetivo (certo), como o científico, característico da necessária legalidade da natureza que é prescrita pelo entendimento (cf. A127-8, A418/B446, p. ex.). Assim, o fenômeno é concomitantemente *esclarecido* pelo intelecto e *cheio* de conteúdo sensível.

Completa-se assim o que é essencial para a solução do verdadeiro problema da razão pura: “*como* são possíveis juízos sintéticos *a priori*?” (cf. B19), pois tais juízos são obtidos mediante um processo de reunião da multiplicidade sensível sob a condução de regras de unidade conceituais, fundada numa afinidade entre a sensibilidade (sentido e imaginação) e o entendimento, em que o sentido disponibiliza o múltiplo desconectado da intuição recebido sob as formas puras da sensibilidade, a imaginação opera espontaneamente duas sínteses unitárias autônomas (apreensão e reprodução), produzindo um saber circunstancial de aparecimentos, que por fim é sintetizado sob a direção de regras conceituais do entendimento (reconhecimento), mediante o esquematismo, resultando na construção de um conhecimento objetivo de objetos da experiência, denominados “fenômenos”. Este conhecimento funda-se em juízos sintéticos *a priori*.

BIBLIOGRAFIA

CAIMI, M. Comments on the Conception of Imagination in the *Critique of Pure Reason*. In: Internationalen Kant-Kongresses: Recht und Frieden in der Philosophie Kants, 10., 2005, São Paulo. **Akten** ... Org. por V. Rohden, R. R. Terra, G. A. de Almeida, M. Ruffing. Berlin: De Gruyter, 2008, v. 1, p. 39-50.

CALABRIA, Olavo P. Os aparecimentos são intuições cegas. In: Luciano Utteich (Org.). **Aparência, aparecimento e fenômeno**. Maringá: Ed. Vivens, 2017 (no prelo).

_____. A faculdade da imaginação em Kant. In: Jean-Jacques Wunenburger, Alberto Filipe Araújo, Rogério de Almeida (Coords.). **Os Trabalhos da Imaginação. Abordagens teóricas e modelizações**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2016 (em colab. Universidade do Minho, Portugal) (no prelo).

_____. The Imagination in Kant's Philosophy and Some Related Questions. Marília: **Estudos Kantianos**, v. 3, n. 1, p.139-158, Jan./Jun., 2015.

_____. Da relação entre os graus de conhecimento e as capacidades de representação em Kant. Uberlândia: **Educação e Filosofia**, 2013, v. 27 (n. especial), p. 281-302.

_____. **A imaginação de Kant e os dois objetos para nós:** e ainda, a propósito da doutrina do Esquematismo e das duas Deduções das categorias. Tese (Doutorado em Filosofia). Belo Horizonte/MG. Departamento de Filosofia da FAFICH – UFMG, 2012. [<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-99BFJZ>].

_____. A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. **Kant E-prints**. Campinas: CLE, 2006, Série 2, v. 1, n.1, p. 119-26.

_____. Para Kant, o que aparece simplesmente não é fenômeno. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA DA UNESP, 1., 2004, Marília. **Caderno de Resumos ...** Marília/SP: UNESP, 2004.

_____. **Elementos fundamentais da Analítica transcendental de Kant**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Campinas/SP: Departamento de Filosofia do IFCH – UNICAMP, 2003.

HEIDEGGER, M. Kant und das Problem der Metaphysik. **Gesamtausgabe**. Bd.03. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, [1929] 1991. [*“Kant-Buch”*]

_____. **Kant and the Problem of Metaphysics** (5th ed., transl. by Richard Taft). Indiana: Indiana Univ. Press, [1929] 1997.

KANT, I. AA (01 - 29): **Kants gesammelte Schriften**. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Berlin: G. Reimer (Walter de Gruyter), (1900 – ss).

_____. AA 03 - **Werke**: Kritik der reinen Vernunft (A), [1781] 1968.

_____. AA 04 - **Werke**: Kritik der reinen Vernunft (B) [1787]; Prolegomena; Grundlegung zur Metaphysik der Sitten [1783]; Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft [1786], (1968).

_____. AA 07 - **Werke**: Der Streit der Facultäten [1798a]; Anthropologie in pragmatischer Hinsicht [1798b], 1968.

_____. **Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Campinas: Estação Liberdade, [1783] 2014.

_____. **Crítica da razão pura**. Trad. por Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, [1787] 1987.

_____. **Crítica da razão pura**. Trad. por Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: C. Gulbenkian, [1781 e 1787] 1997.

_____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. por Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, [1798] 2009.

_____. AA 15 - **Handschriftlicher Nachlass**: Anthropologie, 1968.

_____. AA 28 - **Vorlesungen**: Vorlesungen über Metaphysik und Rationaltheologie, 1968.

LONGUENESSE, B. **Kant et le pouvoir de juger: sensibilité et discursivité dans l'analytique transcendentale de la Critique de la raison pure**. Paris: PUF, 1993.

_____. **Kant and the Capacity of Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason** – 2.ed. Translated from the French by C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, [1998] 2000.

LICHT dos SANTOS, P. R. “A unidade da intuição e a unidade da síntese”. In: Joel Thiago Klein (Org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura**. 1 ed. Florianópolis: Nefiponline, 2012, v.1, 145-178.

ABSTRACT: I present the essay of my critique to the interpretation that the synthetic unity of intuition in Kant can only result from the effective participation of intellectual faculties. For this, I maintain that the objects of intuition are constructed not only by means of the understanding (*lato sensu*), but also by the simple imagination, by means of a synthetic unit of the multiple of the intuition given to the sense, without it being necessary the direction or conduction of discursive units, but respecting only autochthonous rules. Thus these objects of intuition contain a unity originated only from the sensibility (*merely sensible synthetic unit*), for they are produced only by the imagination, under the only condition of obtaining the disconnected manifold of sensible representations from the collaboration of the senses. The faculty of imagination is apt to produce these conceptually indeterminate objects of the empirical intuition called “appearances” [*Erscheinungen*], because it is a spontaneous sensible capacity with duplicity of character, impulses and aptitudes (Calabria: 2012, 115-167, 2015 and 2016). In addition to showing that appearances, while blind intuitions containing a subjective unity, nevertheless provide an objective reference to empirical intuitions (as mind modifications), I explain in what sense Kant considers appearances to be transformed into objects of experience called «phenomena» [*Phaenomena*], when they receive the intellectual unit from the application of conceptual representations.

KEYWORDS: Unity. Synthesis. Imagination [*Einbildungskraft*]. Appearance [*Erscheinung*] and phenomenon [*Phaenomenon*].

NOTAS / NOTES

* Com estima, dedico este trabalho ao professor Leonel Ribeiro dos Santos, cuja inspiração filosófica e pessoal influencia-me de modo marcante.

Agradeço ao caro colega Ubirajara Rancan de Azevedo Marques pelo convite gentil para participar dessa bem vinda e oportuna homenagem.

1 **Olavo Calabria** is an Adjunct Professor of Modern Philosophy at the Federal University of Uberlândia (Brazil) since 2008, after teaching Physics and Philosophy in High School for more than two decades. He is leader of the Group of Study and Research “Investigations on Kantian Philosophy and its Influences”, member of the Kant’s Work Group of the National Association of Pos-graduation of Philosophy, and of the Brazilian Kant Society (SKB). His research interests concern Kant’s theoretical and aesthetic philosophy, Imagination in History of Philosophy; Mental operations; Philosophy teaching. (Most relevant publications are available at www.ifilo.ufu.br/node/127).

2 Parte das ideias deste trabalho foi apresentada na *VII Jornada de Metafísica e Conhecimento* na Uniãoeste de Toledo/PR (agosto, 2015), evento que consolidou um interesse conjunto pela investigação dos conceitos de aparência [*Schein*], aparecimento [*Erscheinung*] e fenômeno [*Phaenomenon*] em Kant. Este evento, que ajudei a coordenar com Luciano C. Utteich (Unioeste), efetivou projeto que havíamos idealizado durante nossos estágios de pós-doutorado na Alemanha (2013-14), e na *Jornada* contou com a valiosa adesão de Renato D. Fonseca (UFSM). Parte das posições que aqui exponho resulta de estágio pós-doutoral em Mainz/DE, com o suporte da CAPES (2013-2014).

3 Iniciei as pesquisas sobre este e outros temas afins na Dissertação de Mestrado (IFCH-UNICAMP, 2003) e apresentei seus principais resultados no *I Colóquio de História da Filosofia da UNESP* (Marília/SP, 2004), particularmente minha descoberta da distinção kantiana entre aparecimento [*Erscheinung*] e fenômeno [*Phaenomenon*]. Se naquele momento esta questão não despertava praticamente nenhuma atenção ou reconhecimento, hoje já existe uma significativa adesão de colegas à sua pertinência e relevância, como fica patente em trabalhos de Renato D. Fonseca (2013) e Licht dos Santos (2012, 148, n. 11), assim como na recente tradução dos “Prolegômenos” (2014) de José Oscar de Almeida Marques, que corrobora o uso dos termos “aparecimento” e “fenômeno” para traduzir “*Erscheinung*” e “*Phänomen*”, procedimento que sugeri em minha defesa de Dissertação, de cuja banca ele fez parte. Foi, no entanto, na Tese de Doutorado (FAFICH-UFMG, fev/2012) que demonstrei os motivos e consequências da distinção entre estes dois tipos de objetos-para-nós, para o que foi fundamental a formulação de uma nova interpretação para a faculdade da imaginação em Kant. Desde então, tenho desenvolvido estes resultados para determinar possíveis utilidades na abordagem de diversos temas afins, tendo proposto, entre outras ideias, (i) a íntima correlação entre a tripla síntese da *Dedução A* (A95-130) e as três capacidades sensíveis autoras descritas na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (cf. 7: 174-96) (cf. Calabria, 2012), (ii) a compatibilidade das duas versões da *Dedução* das categorias e os motivos de sua dupla redação (*idem*), (iii) alguns esclarecimentos a questões envolvidas com a doutrina do esquematismo (*idem*), (iv) a explicação da diferença entre o saber dos bichos e o conhecimento humano da natureza (cf. Calabria, 2013), (v) a identificação das “intuições cegas” (A51/B75) com os aparecimentos (palestras), (vi) a classificação de variados tipos de visões e suas correspondentes cegueiras e, em particular, a cegueira da imaginação sem o entendimento (palestras), (vii) a analogia entre os procedimentos desempenhados pela imaginação no domínio estético e os da produção dos aparecimentos (em pesquisa).

4 Indicações sobre vários trabalhos que se ocupam destas questões desde a publicação da *Crítica da razão pura* são mencionadas nas cinco primeiras páginas do referido texto de Licht dos Santos (2012).

5 “(...) da auch die Anschauung, diesen, gleichsam objectiven Character, auch nur durch Anwendung der Kategorien auf dieselbe erhält, so wollte ich gern jene Bestimmung der Anschauung, wonach sie eine auf Objecte sich beziehende Vorstellung ist, weglassen” (*Br* 11: 311).

6 Compartilho de perto muitas posições defendidas por Licht dos Santos no referido texto. No entanto, mesmo que elas sejam esboçadas “a título de simples ensaio” (Licht dos Santos, 2012, 173), discordo especialmente da habitual identificação entre sensibilidade e sentido, que ele também parece esposar ao longo de sua exposição. Embora Kant muitas vezes também pareça identificar suas designações, tenho me esforçado por mostrar que esta posição precisa ser esclarecida e rejeitada (cf. Calabria, 2012, 131-9).

7 Além dos argumentos e ideias que Licht dos Santos defende, o próprio título de seu texto sintomaticamente já indica uma contraposição entre a *unidade da intuição* e a *unidade da síntese*, como se a unidade da intuição correspondesse somente à unidade originária do sentido e a unidade da síntese, somente ao entendimento, evidenciando a relevante diferença de compreensões que temos.

8 Daqui em diante denominada apenas “Antropologia”.

9 “Die *Sinnlichkeit* im Erkenntnißvermögen (das Vermögen der Vorstellungen in der Anschauung) enthält zwei Stücke: den *Sinn* und die *Einbildungskraft*. - Das erstere ist das Vermögen der Anschauung in der Gegenwart des Gegenstandes, das zweite auch *ohne* die Gegenwart desselben” (7: 153).

10 Heidegger indica de modo bastante perspicaz que o próprio termo alemão para “objeto”, isto é, “*Gegenstand*”, etimologicamente já manifesta esta contraposição que há entre o sujeito com suas capacidades e o objeto que o afeta, cuja conotação consiste em “estar em oposição a” [*entgegenstehen*] um sujeito, apresentando-se à sua sensibilidade sob as formas do espaço e tempo (cf. Heidegger, 1997, 224. n. 2).

11 Na *Antropologia*, ao iniciar na seção 28 uma extensa exposição que versa especificamente sobre a faculdade da imaginação, Kant a descreve novamente como “uma capacidade de intuições também sem a presença do objeto” [“ein Vermögen der Anschauungen auch ohne Gegenwart des Gegenstandes” (7: 167)], embora não destacando, desta vez, o termo “sem”.

12 “*Einbildungskraft* ist das Vermögen, einen Gegenstand auch *ohne dessen Gegenwart* in der Anschauung vorzustellen. Da nun alle unsere Anschauung sinnlich ist, so gehört die Einbildungskraft, der subjektiven Bedingung wegen, unter der sie allein den Verstandesbegriffen eine korrespondierende Anschauung geben kann, zur *Sinnlichkeit* (...)” (B 151).

13 A falta de atenção a este detalhe, que mostrarei ser de grande valor, não poupou nem um filósofo perspicaz como Foucault, que em sua tradução da *Antropologia* omitiu o termo “também”, alterando de modo penoso a meticulosa descrição de Kant (cf. *Anthropologie du point de vue pragmatique*. Paris: J. Vrin, 1994, 37 [1ª ed. 1964]).

14 Exposições mais detalhadas desta duplicidade de aptidões (produtiva e reprodutiva) da imaginação podem ser encontradas em trabalhos anteriormente publicados (Calabria, 2012, 126-39; 2015, 143-8; e 2016).

15 Cf. 7: 153.

16 Kant prescreve: “Assim, portanto, não importa quão grande artista, até mesmo um mágico, a faculdade da imaginação possa ser, ela ainda não é criadora [*schöpferisch*], mas deve obter dos sentidos o *material* para suas imagens” (7: 168-9), mesmo nem sempre seguindo sua própria orientação (cf., p. ex., 5: 315; 7: 182).

17 Além deste uso mais rigoroso do termo “objetividade”, que por valer universal e necessariamente para qualquer ser racional finito é própria do conhecimento científico, Kant ainda emprega este termo de modo menos rigoroso, quando tem em mente os objetos conceitualmente indeterminados da intuição empírica representados pelos aparecimentos, aos quais corresponde apenas um saber circunstancial e contingente que provém de meras associações habituais (cf. 7:167), típicas dos juízos de percepção (cf. 4:298-9 e 9:113). Em trabalho anterior (2013), trato desta questão de modo detalhado.

18 Cf. 7: 140-1 e B131.

19 Mesmo o conceito de “ligação” é muito bem definido, representando a “unidade sintética do múltiplo” (B131), o que sintomaticamente tem correspondência fiel ao que é prescrito pelas referidas fontes fundamentais do conhecimento: (i) a *unidade* intelectual da síntese nos conceitos e juízos, (ii) a *síntese* da imaginação sobre a multiplicidade proveniente dos sentidos, e (iii) a *sinopse* do múltiplo dado aos sentidos.

20 Embora os sentidos apresentem um caráter de mera receptividade (passividade), isto não ocorre com a imaginação, que mesmo também pertencendo à sensibilidade (cf. B 151; 7: 153), apresenta ao contrário um caráter de espontaneidade (atividade) (“*Spontaneität*”, cf. A98-9, B152, B162, B276-7 (n.); 7: 174 e ss.; 28: 230).

21 A isto Licht dos Santos se refere, parafraseando Vleeschauwer, como sendo “átomo(s) de representação” (*apud* 2012, 170, n. 73; 173)

22 De modo semelhante, B. Longuenesse refere-se ao denominado “múltiplo qualitativo” das sensações dos vários sentidos quando diz que ele “está presente de uma maneira indiferenciada na sinopse de nossa intuição sensível, antes de ser apreendida ‘como’ múltiplo pela síntese da apreensão que sucessivamente distingue os elementos de nossa intuição empírica” (Longuenesse, 2000, 37-8).

23 Cf. A78-9/B104 (vide trecho correspondente citado adiante).

24 “Aparecimentos, na medida em que são pensados como objetos segundo a unidade das categorias, denominam-se fenômenos” (A248) [*Erscheinungen, sofern sie als Gegenstände nach der Einheit der Kategorien gedacht werden, heissen Phaenomena*].

25 Cabe notar que ainda há outra unidade sensível, mas não sintética produzida pela imaginação e sim a originária, que se funda nas formas puras da intuição, estando predispostas no sentido [*Sinn*], cuja exposição feita por Licht dos Santos (cf. artigo já mencionado) tem minha adesão no essencial, embora me afaste de sua posição justamente por considerar que ela não é a única proveniente da sensibilidade, como ele sustenta, mas compartilha sua origem sensível com a unidade sintética da imaginação. Fiz um tratamento mais detalhado desta questão, assim como de outras intimamente relacionadas, em trabalhos anteriores (cf. Calabria, 2013 e 2017).

26 Queira ver tratamento detalhado desta questão em trabalhos anteriores (Calabria, 2012, 2015).

27 Cf. Calabria, 2012 e 2015.

Recebido / Received: 12.10.16

Aprovado / Approved: 30.11.16